



A ECONOMIA FLUMINENSE E A HIPÓTESE DA DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA: O RISCO DE *LOCK-IN* A PARTIR DA ESPECIALIZAÇÃO MINERAL

Robson Santos Dias¹

27

Resumo

A trajetória econômica do Estado do Rio de Janeiro tem se caracterizado, nas últimas décadas, por uma crescente especialização nas atividades da indústria extrativa de petróleo e gás natural, enquanto outros setores da economia, em especial a indústria de transformação fluminense, vêm perdendo dinamismo e competitividade. Devido a esse fenômeno, o ensaio propõe a hipótese da dependência da trajetória como teoria histórica para interpretar a evolução econômica do Estado do Rio de Janeiro. Isso se deve ao fato de que todos os eventos ocorridos nas últimas cinco décadas reforçaram a especialização mineral, devido, entre outros fatores, ao poderoso ciclo de feedback positivo da economia do petróleo. A implicação da hipótese da dependência da trajetória é o risco de *lock-in*, que se refere ao estreitamento das alternativas à especialização mineral. Na ausência de políticas que visem a escapar da "armadilha dos recursos minerais", a trajetória econômica do estado do Rio de Janeiro pode evoluir para seu paroxismo, ou seja, uma mudança forçada devido ao esgotamento da extração mineral.

Palavras-chave: economia fluminense; petróleo e gás natural; dependência da trajetória.

Rio de Janeiro's economy and the path dependence hypothesis: the risk of lock-in based on mineral specialization

Abstract

The economic trajectory of the state of Rio de Janeiro has been characterized in recent decades by a growing specialization in the activities of the oil and natural gas extraction industry, while other sectors of the economy, especially the Rio de Janeiro manufacturing industry, have been losing dynamism and competitiveness. Because of this phenomenon, the essay proposes the path dependence hypothesis as a historical theory for interpreting the economic evolution of the state of Rio de Janeiro. This is because all the events that have taken place over the last five decades have reinforced mineral specialization, due, among other factors, to the powerful positive feedback loop of the oil economy. The implication of the path dependency hypothesis is the risk of lock-in, which refers to the narrowing of alternatives to mineral specialization. In the absence of policies aimed at escaping the "mineral resource trap", the economic trajectory of the state of Rio de Janeiro could evolve towards its paroxysm, i.e. a forced change due to the exhaustion of mineral extraction.

Keywords: Rio de Janeiro's economy; oil and natural gas; path dependence.

1 Introdução

Entre suas várias credenciais, o saudoso professor Carlos Lessa se notabilizou como um apaixonado defensor do Rio de Janeiro. Em 2000, o economista carioca

¹ Doutor em planejamento urbano e regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento e do Observatório Socioeconômico dos Municípios Produtores de Petróleo. Email: robsondias.iff@gmail.com



publicou uma alentada e erudita reflexão sobre o Rio de Janeiro, com o fito de recuperar a autoestima carioca – e fluminense – após duas décadas de profundo mal-estar. No seu entendimento, o Rio de Janeiro sintetizou os caminhos e descaminhos da construção da nação brasileira. Durante as fases de otimismo ufanista, o Rio de Janeiro seria a representação da alegria, da cordialidade e da sensualidade do país. Por outro lado, atávico espírito vira-latas das elites brasileiras se manifesta na desconstrução simbólica do Rio de Janeiro: a malandragem, o caos, a violência e a decadência. Não por acaso, o título de seu livro, *O Rio de todos os Brasis*, parodia o *Rio de todas as crises* que anos antes era a síntese sumária sobre a condição carioca e fluminense (LESSA, 2005).

O estado do Rio de Janeiro (ERJ) possui uma complexidade própria, a começar pela prolixidade necessária ao se falar cidade do Rio de Janeiro e ERJ, ou cariocas e fluminenses – os mineiros, gaúchos, pernambucanos ou baianos não têm esse problema. As razões, claro, são históricas e reside no fato de que o atual município do Rio de Janeiro foi, até 1975, uma fração separada do território fluminense. E não apenas isso, mas com trajetórias econômicas ao mesmo tempo distintas e complementares. O município do Rio de Janeiro, além de capital federal e cidade-estado, foi também o segundo principal polo industrial do país, com o tempo complementado por fábricas instaladas na Baixada Fluminense – uma das questões para os cariocas no interregno entre 1960 e 1975. O interior fluminense, por seu turno, era amplamente caracterizado pela estagnação, com exceção de alguns poucos municípios mais dinâmicos, em particular as cidades industriais do Médio Paraíba, Nova Friburgo e a agroindústria em Campos dos Goytacazes. Não obstante, sem desconsiderar as contradições e lacunas, que se apontará adiante, pode-se dizer que a economia carioca e fluminense possuía alguma complexidade e diversificação.

É curioso que 1975, o ano da fusão, não marcou apenas a criação de um novo estado, mas foi também o início de um novo ciclo para o estado do Rio de Janeiro (ERJ) cujos resultados, quase meio século depois, seriam impensáveis para a geração que vivenciou aquele evento. A fusão foi um dos últimos atos de um Brasil que ainda tinha na industrialização um desiderato, que foi abandonado a partir da década de 1980 em benefício do rentismo, da especulação e do extrativismo. Essas transformações tiveram um impacto severo na economia fluminense, que se viu diante da perspectiva



de perdas em praticamente todos os setores, na capital ou no interior. Ironicamente, a fusão, que se desenhava como um rotundo fracasso de fato ocorreu, não pelo projeto dos militares, mas pela descoberta das reservas de petróleo que foram o ponto de virada dessa indústria no país, cuja localização era defronte ao Norte Fluminense. De outra maneira, a fusão de fato ocorreu por causa da Bacia de Campos. Desde então, o petróleo, que inicialmente era o sobrenome do Norte Fluminense, tornou-se também familiar a todos os fluminenses – incluindo dos cariocas. Com a descoberta do pré-sal na Bacia de Santos, o parentesco se tornou ainda mais forte com os fluminenses da região metropolitana.

Basicamente, aquele Rio de Janeiro de economia relativamente diversificada vem paulatinamente se tornando coisa do passado. A conjunção de eventos desde a fusão – a decadência econômica, a descoberta da Bacia de Campos e de Santos, os ajustes institucionais e as crises econômicas – vem atuando no sentido de tornar a economia fluminense cada vez mais dependente da economia do petróleo e, subsidiariamente, da economia dos royalties.

Nesse sentido, dada essa evolução recente da economia fluminense, este trabalho tem como objetivo propor a hipótese de que o percurso da economia fluminense nessas últimas décadas tem apresentado características próximas ao fenômeno que os pesquisadores ligados à perspectiva evolucionária da economia e da geografia econômica rotulam de *dependência da trajetória*. Esse conceito é uma forma de abordagem histórica que tem como eixo central a existência de inflexibilidades, condicionamentos e estreitamentos da ação dos agentes econômicos em razão dos eventos históricos precedentes. Buscar-se-á ao longo do texto demonstrar, a partir da síntese da história econômica do ERJ e de alguns dados econômicos mais recentes, que a economia fluminense vem estreitando e restringindo seu desenvolvimento ao dinamismo da indústria extrativa de petróleo e gás natural.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte contém uma síntese da origem do conceito de dependência da trajetória no âmbito dos estudos de história econômica da inovação tecnológica e sua posterior aplicação por pesquisadores de outras disciplinas das ciências sociais, em particular na geografia econômica. A segunda parte é composta por uma sucinta análise da trajetória econômica do ERJ, considerando as contradições e descaminhos



derivados dos eventos ocorridos ao longo do século XX, que redundaram no Rio de todas as crises e a sua suavização pelo desenvolvimento da indústria do petróleo e gás natural a partir da década de 1980. Por fim, na terceira parte, são apresentados alguns indicadores econômicos que apontam para o processo de especialização da economia fluminense na produção de petróleo e gás natural, que têm gerado poderosos *feedback* positivos que têm atuado para restringir a trajetória econômica estadual ao desenvolvimento da extração de petróleo e gás natural. As possíveis implicações, caso essa hipótese se comprove verdadeira no futuro serão apresentadas nas considerações finais.

2 O conceito de dependência da trajetória e seu uso nos estudos urbanos e regionais

O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*) tem sido evocado na geografia econômica desde o final da década de 1990 de modo a abranger processos evolucionários de mudança econômica regional. Trata-se de uma alternativa para as inconsistências teóricas da geografia econômica – e da teoria social como um todo – em relação à dimensão temporal (STORPER, 1988). Esse seria um problema ainda mais sério para a ciência econômica, que hegemonizada pela teoria neoclássica, simplesmente desconsidera o tempo histórico tanto na formulação de suas premissas fundamentais – por exemplo, o utilitarismo individualista como comportamento universal – quanto em seus modelos descritivos.

A crítica em relação aos atrasos teóricos da ciência econômica em relação ao tempo histórico é bastante antiga e remonta pelo menos a Veblen (2017 [1899]). Este autor foi o primeiro a advogar a inserção das concepções evolutivas e cumulativas inspiradas em Darwin na ciência econômica, capacitando-a a descrever a evolução social a partir de suas causalidades históricas. Schumpeter (1982 [1911]), por sua vez, apesar de pagar tributo ao equilíbrio walrasiano, buscou resolver a falta de uma formulação da mudança econômica ao desenvolver sua teoria do ciclo econômico a partir da inovação. Já no último quartel do século XX, Nelson e Winter (1982) propuseram uma nova teoria econômica evolucionária, incorporando princípios da genética evolutiva às instituições e práticas corporativas no interior das firmas.



O conceito de dependência da trajetória foi primeiramente formulado por Paul David (1985) ao buscar entender a razão por que certos dispositivos tecnológicos dominarem o mercado, a despeito da existência de alternativas substituíveis mais eficientes, contrariando a hipótese utilitária da maximização da teoria neoclássica. Como referencial empírico para sua hipótese, Paul David (1985) analisou a história da difusão do modelo de teclado QWERTY, que foi desenvolvido pelos mecânicos da Remington and Sons – que era uma fabricante de armas – no início da década de 1870 para as máquinas de escrever patenteada poucos anos antes. A invenção foi logo adotada pelas empresas dos Estados Unidos e se difundiu ao longo dos anos, sendo o modelo da Remington o mais popular. Em razão da demanda por aumentar a eficiência da digitação, novos modelos mais ergonômicos de teclado foram desenvolvidos posteriormente, mas nenhum conseguiu suplantiar a hegemonia do QWERTY, que é o modelo utilizado até hoje, na era dos smartphones.

Pela lógica da alocação eficiente de recursos com base na utilidade, o QWERTY deveria ter sido abandonado assim que um modelo mais eficiente surgisse, o que, obviamente, não aconteceu. Tendo sido a hipótese neoclássica refutada, qual seria a hipótese alternativa? David (1985) recorre então à explicação histórica, em que o fato de o QWERTY ter se tornado o primeiro modelo a se difundir engendrou vantagens iniciais que se reforçaram com o tempo. Três fatores teriam sido centrais: a inter-relação técnica, as economias de escala e a quase irreversibilidade do investimento.

No primeiro caso - a inter-relação técnica -, assim que as máquinas de escrever Remington se tornaram populares, as empresas formaram uma “memória técnica” institucionalizada pelo treinamento de datilógrafos que se tornaram habituados ao modelo QWERTY. Como qualquer usuário de computador intuitivamente sabe, a simples mudança de algumas letras no teclado cria grande desconforto, que não raro é seguido pelo retorno, quando possível, ao modelo tradicional. O mesmo ocorre em relação ao layout de *softwares* dos computadores pessoais. O uso de um determinado navegador, site de busca ou editor de texto é determinado pelo costume, de modo que vários aplicativos alternativos emulam características de layout dos programas originais. Para além desse aspecto da rotina, outras interdependências se criam, inclusive interdependências tecnológicas, que se adaptam ao modelo mais usado no mercado, a partir das economias de escala.



Esse seria o segundo fator identificado por David (1985), que é o fato de que a própria difusão do QWERTY criou economias de escala que reduziram o custo de sua adoção, de modo a ser mais provável que novos usuários comprem máquinas com modelo QWERTY. Nesse caso, David se apropria da analogia de Brian Arthur (1994ⁱ) com a experiência da “urna de Polya”, que demonstra como as vantagens iniciais em regimes de seleção estocástica tendem a reforçar tais vantagens ao longo do tempo. De outra maneira, certo modelo de produto é o mais vendido porque já é o mais usado.

Finalmente, o terceiro fator é a quase irreversibilidade do investimento, que diz respeito à dificuldade de uma empresa, após a adoção de um determinado pacote tecnológico, se desfazer do mesmo para adoção de um alternativo em razão da despesa já empenhada. Esse é um fator a reforçar os anteriores, pois torna-se um risco aumentado se adotar a alternativa menos utilizada no mercado.

Isso posto, Paul David (1985) diz que os fenômenos de dependência da trajetória levam a um processo de “trancamento” (*lock-in*) em que a escolha de uma alternativa tecnológica inicialmente leva, por meio dos mecanismos de retornos crescentes (ARTHUR, 1994), a um estreitamento das possibilidades de escolha durante a trajetória econômica e tecnológica, de modo que o próprio ciclo de vida da empresa – ou de um setor e o conjunto de técnicas e instituições associadas – se torna atavicamente ligada à escolha inicial.

Nesse sentido, o conceito de dependência da trajetória introduziu em setores marginais do *mainstream* uma teoria em que a história é o principal subsídio para compreender a evolução dos fenômenos econômicosⁱⁱ. Nesse caso, fenômenos em que as condições iniciais são fortes condicionantes, que eventos acidentais são importantes, o futuro é não linear e o tempo acumulado se torna uma herança incontornável mesmo em momentos de mudança.

O conceito de dependência da trajetória obteve certa difusão no âmbito das ciências sociais, em especial entre os estudiosos interessados na construção de aportes teóricos para descrever os processos de evolução institucional na ciência política, na sociologia e na geografia econômica.

Douglas North (2018 [1990]), uma das principais referências da Nova Economia Institucional, defende que o processo de mudança institucional acontece na maior parte dos casos de modo incremental, com alterações nas margens das instituições. Isso



ocorreria porque a partir do momento em que um arcabouço institucional se forma, os agentes individuais criariam e adaptariam regras informais de comportamento que respondessem aos preços relativos gerados pelas instituições. Com isso, existiriam diversas formas de retornos crescentes aos agentes individuais, que ao fim, formariam, em razão dos interesses envolvidos, verdadeiras forças de arrasto ao processo de mudança institucional. Isso explicaria, segundo North (2018), razão da ocorrência de diferentes níveis de desempenho econômico entre países que adotaram arranjos institucionais formais semelhantes.

Em sua análise sobre os problemas na apropriação da dimensão temporal nas pesquisas em sociologia histórica, Aminzade (1992) sugere a utilização de quatro conceitos temporais que permitiriam análises mais acuradas da relação entre os eventos históricos: duração, ritmo, trajetória e ciclo. No caso, a duração seria relacionada à quantidade de tempo que um evento ocorre; o ritmo seria relacionado à velocidade da ocorrência dos eventos – tempos longos ou curtos; a trajetória diria respeito à sequência de eventos; e o ciclo descreveria o intervalo entre dois ou mais eventos que se repetiriam em fases de expansão e retração. Quanto ao uso do conceito de trajetória, Aminzade (1992) aponta que é uma abordagem que demanda a identificação e descrição da sequência de eventos e sua causalidade, o que nem sempre receberia a devida atenção dos sociólogos.

Na geografia econômicaⁱⁱⁱ, o conceito foi apropriado no âmbito dos estudos da reestruturação urbana e regional ocorrida nos Estados Unidos e na Europa ao longo das décadas de 1980 e 1990. A decadência dos tradicionais complexos industriais fordistas e o florescimento dos “novos espaços industriais” (SCOTT, 1988) resultou no surgimento de intensa renovação teórica e metodológica nesse campo de estudos. Dentre as novas perspectivas então surgidas, estava o diálogo da geografia econômica com o institucionalismo e a economia evolucionária. Ambas as correntes dividem o interesse em temas análogos – instituições, rotinas, inovação e a relação entre a mudança econômica e os fenômenos inerciais. A influência institucionalista é mais ou menos espalhada nos Estados Unidos, já que Veblen é o patrono da dissidência crítica em relação à ortodoxia naquele país. Já a influência da economia evolucionária tem causas temáticas e geográficas, visto que o interesse na inovação tecnológica casava geógrafos econômicos e economistas evolucionários. Além disso, o fato de Paul David



e Brian Arthur trabalharem em Stanford foi importante conexão de proximidade temática e geográfica com a escola californiana de geografia econômica, uma das líderes nas pesquisas sobre reestruturação produtiva e territorial na década de 1990.

Apesar de sugestiva para os estudos de geografia econômica pelos paralelos com a discussão sobre a relação entre o tempo acumulado nas formas geográficas e sua influência nos processos socioespaciais, a aplicação do conceito de dependência da trajetória é um tanto mais complexa do que o verificado nos estudos da mudança tecnológica. A diversidade de atores, escalas e processos é muito maior, de modo que é possível a existência de diversos fenômenos correlatos ou não de dependência da trajetória em uma mesma região, já que esta é um agregado de instituições, empresas, trabalhadores e outros atores sociais (MARTIN e SUNLEY, 2006). Desse modo, é possível que a existência de uma trajetória dependente de um determinado setor produtivo não tenha impacto significativo no agregado que constitua a economia regional. Além disso, a escalaridade dos fenômenos econômicos e institucionais tornam o quadro ainda mais complexo.

Em razão disso, Martin (2010) reforça a necessidade de precaução no uso do conceito de *Lock-in* nos estudos urbanos e regionais. Trata-se de uma noção central da dependência da trajetória, que combina contingência histórica e a existência de efeitos de auto reforço que orientam a persistência em uma trajetória iniciada ao invés de outras possíveis. O que Martin (2010) pontua é que o modelo canônico de David e Arthur, a despeito de pregar a importância da história e o caráter evolucionário dos fenômenos econômicos, a ideia de *Lock-in* enfatiza a estabilidade e não a mudança, sendo, portanto, uma concepção muito limitada da teoria econômica evolucionária.

Ron Martin, entretanto, desconsidera que é possível que uma economia regional possa de fato trilhar uma trajetória que leve a certa estabilidade estrutural que iniba o surgimento de alternativas econômicas. Uma possibilidade seriam economias pouco diversificadas e com elevado nível de especialização, que podem evoluir para um estado de *lock-in*, principalmente se as atividades motrizes forem capazes de mobilizar fluxos abundantes de capitais, como é o caso da indústria de petróleo e gás natural. Por outro lado, em economias mais complexas e diversificadas, haveria menor suscetibilidade de ocorrência do fechamento em torno de uma trajetória, mas ao contrário, a heterogeneidade de atividades criaria maiores condições para a fertilização



e criação de diversas trajetórias econômicas, integradas ou não, conforme apontado anteriormente por Martin e Sunley (2006).

Nesse sentido, dadas a variedade de atores envolvidos e a escalaridade dos fenômenos econômicos, é no mínimo temerário a adoção do conceito de dependência da trajetória como um *a priori*, pois a existência e a extensão do fenômeno são variáveis de acordo com a natureza dos processos que ocorrem nos territórios. Por essa razão, a proposta que se coloca neste ensaio é que a dependência da trajetória seja considerada como hipótese de trabalho a ser verificada *a posteriori*, a partir da análise dos encadeamentos de eventos e seus rebatimentos na evolução econômica regional.

A questão que se levanta neste ensaio é simples: é possível considerar a dependência da trajetória uma hipótese viável para descrever analiticamente a evolução da economia fluminense nas últimas décadas?

Em primeiro lugar, é necessário estabelecer algumas demarcações para verificar se o fenômeno possui ou não elementos caracterizadores de uma dependência da trajetória. Essa é uma questão no qual se debruçou Mahoney (2000) em seu ensaio aplicado à sociologia histórica. Segundo esse autor, os fenômenos historicamente dependentes devem exibir um tipo de causalidade histórica em que os eventos iniciais são mais importantes do que os ulteriores na manutenção da trajetória. Em segundo lugar, os eventos históricos iniciais devem ser acidentais, garantindo o caráter não ergódico do fenômeno em razão da existência de condições iniciais que torne previsível a trajetória posterior. Por fim, a causalidade histórica deve possuir características relativamente determinísticas, em razão das inércias que engendram mecanismos de auto reforço da trajetória inicialmente tomada.

Voltando à questão apontada, propõe-se que a economia fluminense vem se caracterizando como um caso de dependência da trajetória a partir da descoberta de petróleo na Bacia de Campos em 1974 e o posterior desenvolvimento das capacidades de produção das reservas *offshore*. Apresentaremos, adiante, as evidências que justificariam a hipótese.

3 Marcos da trajetória econômica fluminense: capitalidade, decadência econômica e questão regional fluminense



O Rio de Janeiro é um estado *sui generis* na federação brasileira. A peculiaridade fluminense deve-se ao fato do atual município do Rio de Janeiro ter sido a capital brasileira por dois séculos até a fundação de Brasília em 1960. Alguns eventos foram marcantes para a trajetória econômica, social e institucional do território fluminense: a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763; a criação do Município Neutro em 1834; a transferência da capital para Brasília em 1960; a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975. Esses eventos, dentre os muitos outros que tiveram o Rio de Janeiro como palco, foram determinantes na formação das territorialidades – e institucionalidades – que (co)existiram no que hoje reconhecemos como estado do Rio de Janeiro.

Fundamentalmente, a cisão institucional entre o (atual) município do Rio de Janeiro e o entorno fluminense demarcou uma relação contraditória de diferenciação e complementaridade entre o *carioca* e o *fluminense*. A diferenciação foi consequência óbvia da decisão tomada pela elite política durante o período regencial (1834) em favor do destacamento da sede da corte, transformado em Município Neutro, da então Província Fluminense. Segundo Motta (2001), tal decisão estava fundamentada no desiderato de que a consolidação da *capitalidade* do Rio de Janeiro, qual seja, a institucionalidade por meio do qual se realizaria a política de interesse *nacional*, só se daria através da desvinculação institucional da cidade em relação à província. Evidentemente, esse debate era fruto da preocupação dos privilégios de acesso à corte por parte das oligarquias da Província Fluminense, que era então a mais rica do Império^{iv}. A trajetória institucional fluminense se caracterizou, desde então, pela existência de uma fração territorial destinada a ser o *lócus* da nacionalidade, fronteira a um entorno que seria um ente provincial como todos os demais.

Por outro lado, é impossível compreender o próprio desenvolvimento da economia urbana da cidade do Rio de Janeiro e sua consolidação como capital sem levar em conta as relações de contiguidade com o entorno. Passado o ciclo aurífero e ocorrida a independência, foi o café fluminense que garantiu o poder da corte imperial sobre as demais províncias, fortalecendo o papel do Rio de Janeiro como capital, porto e principal economia urbana daquele Brasil. Segundo Lysia Bernardes (1995, p. 32)



(...) com o advento da era cafeeira e o repovoamento, em novas bases, do Brasil Sudeste, que floresceu, realmente, o Rio de Janeiro, não só como capital política e administrativa, mas como capital econômica, porto e centro comercial servindo a uma vasta área. Não podemos esquecer que a riqueza e a estabilidade do Brasil Imperial tinham por base sobretudo o café e que, naquela época, era o Rio de Janeiro a capital econômica da região cafeeira, função de que usufruía as vantagens das quais mais tarde veio se beneficiar São Paulo.

A relação da capital com as zonas produtoras de café na Província Fluminense era de absoluta simbiose, que beneficiava a economia urbana carioca. A maior parte do financiamento das fazendas de café, sobretudo nas áreas de expansão, através das casas comissárias do Rio de Janeiro e das casas exportadoras. Dessa maneira, a maior parte da riqueza da cafeicultura fluminense beneficiava o Rio de Janeiro, principalmente após o advento das ferrovias (MELO, 1993). Após o colapso da cafeicultura fluminense, entre a última década do século 1890 e 1920, a rede de pequenas cidades no interior fluminense^v na sua maior parte entrou em franco declínio. Não obstante, como Distrito Federal, o Rio de Janeiro – cidade – manteve sua centralidade, apesar de nesse período São Paulo ter iniciado sua trajetória rumo à concentração industrial e econômica (CANO, 1977).

No Norte Fluminense, por outro lado, em razão do relativo distanciamento em relação à capital, se formou uma economia regional própria, impulsionada pela cultura canavieira e polarizada pela cidade de Campos dos Goytacazes, que se constituiu em importante capital regional do Sudeste. Apesar de, após a cisão institucional em 1834, a capital fluminense ter se localizado em Niterói, foi no Norte Fluminense que se constituiu um autêntico regionalismo. A agroindústria garantiu dinamismo econômico até a década de 1940, permitindo às elites campistas alcançar alguma influência política na esfera estadual e federal. Segundo Gomes Filho (2017), a importância de Campos pode ser medida pelo número de visitas que a cidade recebeu de chefes de Estado até 1943, seis no total^{vi}. Além disso, Nilo Pessanha, campista que iniciou sua carreira política na cidade, ocupou a presidência da república entre 14 de junho de 1909 e 15 de novembro de 1910, tempo suficiente para deixar uma marca indelével na educação pública brasileira, ao criar as escolas de aprendizes e artífices, atual Rede Federal de Institutos Federais.

Ainda segundo Gomes Filho (2017), as ambições das elites campistas estimularam a busca por uma cidade que representasse a sua projeção de classe, de



modo que Campos dos Goytacazes até meados da década de 1950 seguia *pari passu* as inovações urbanísticas e tecnológicas que aportavam na capital federal. Em muitos aspectos, Campos concorria com as capitais mais avançadas, o que lhe garantiu, por décadas, uma situação *sui generis* no interior fluminense. Não por acaso, a cidade foi inúmeras vezes agraciada com a instalação de representações de instituições federais, recebendo uma das primeiras unidades do Banco do Brasil, da Escola de Aprendizes e Artífices – atual Instituto Federal Fluminense – e do Instituto do Açúcar e do Alcool. O ciclo de prosperidade, entretanto, se encerra a partir da década de 1950, quando a agroindústria sucroalcooleira perde dinamismo e espaço para os concorrentes paulistas, sobrevivendo à base da remanescente influência política campista na luta pelas subvenções do Estado ao setor (SILVA e CARVALHO, 2004; CRUZ, 2003).

Por outro lado, a condição de Distrito Federal garantiu ao atual município do Rio de Janeiro uma relativa proteção à decadência da cafeicultura fluminense e à perda de dinamismo da agroindústria sucroalcooleira do Norte Fluminense. Não sendo mais a antiga Província Fluminense o principal esteio da República, a capitalidade permitiu a manutenção do dinamismo da economia urbana carioca. Até a década de 1950, o Distrito Federal ainda era a mais populosa cidade do país, concentrando a nata da intelectualidade, das artes, da imprensa e dos quadros políticos do país. Não à toa, para o bem ou para o mal, a *brasilidade* era sinônimo do carioca. Apesar de algumas incertezas surgirem no horizonte, em especial a perda de protagonismo para São Paulo e taxas de crescimento econômico medíocres em comparação com outros estados, a condição de capital blindava o Rio de Janeiro de maiores problemas. A dura realidade, entretanto, iria subitamente aparecer com o início da ambiciosa construção da nova capital no Planalto Central durante o governo Juscelino Kubitschek.

O evento acendeu um debate na imprensa sobre os destinos da então futura ex-capital. A Constituição de 1946 previa laconicamente que realizada a transferência da capital, o antigo Distrito Federal seria transformado em estado da Guanabara. Sendo decidido o ato pela presidência da república, ficou em aberto como se organizaria a nova unidade da federação. Segundo Motta (2001), a vagueza do texto constitucional deu ensejo a muita especulação sobre o futuro institucional do Rio de Janeiro. O debate circulou ao redor de três teses: criação do estado da Guanabara; município do estado do Rio de Janeiro – proposta de fusão; transformação do Rio de Janeiro em



território federal. Subjazia a essa discussão antigos debates sobre a autonomia política do Rio de Janeiro, as relações e responsabilidades da relação entre o Rio e a União e as peculiaridades do Rio de Janeiro na federação. Apesar da polêmica, a resolução política da situação seguiu a previsão constitucional e o Rio de Janeiro foi transformado em estado da Guanabara, mas com a inédita condição de cidade-estado, ou seja, um estado que também era prefeitura, concentrando as funções de ambas as institucionalidades, inclusive no âmbito orçamentário.

O mais importante era que a ex-capital teria que andar com as próprias pernas dali em diante e, de certa maneira, o modelo de cidade-estado atenuou o impacto da transferência, visto a hipertrofia do executivo, que ainda contava com situação financeira privilegiada. Não à toa, os 15 anos de existência do estado da Guanabara foram marcados pela grande capacidade de investimento do executivo, cujo funcionalismo recebia melhores proventos e atraíam quadros mais qualificados do que a média. Em especial sob a gestão de Carlos Lacerda, que buscou fazer de seu governo uma demonstração de capacidade administrativa e um trampolim para sua candidatura à presidência, a cidade do Rio de Janeiro virou um verdadeiro canteiro de obras (SANTOS, 1990).

Malgrado, alguns setores manifestavam certo mal-estar com o desempenho econômico da Guanabara *vis a vis* os demais estados do Sudeste, inclusive o estado do Rio de Janeiro. Foi o caso da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara – FIEGA –, que em 1969 publicou um estudo, executado em apenas três meses, que apontava que havia um suposto esvaziamento econômico da Guanabara e propondo ao governo Médici a fusão com o estado do Rio de Janeiro, que vinha atraindo as indústrias que poderiam operar no território da Guanabara (EVANGELISTA, 1998). Apesar de sem consequências políticas imediatas, o pleito da FIEGA abriu o caminho para uma justificativa econômica para a fusão, feita por lei complementar do governo Geisel em 1974. O estudo de Ana Maria Brasileiro (1979), por exemplo, defendendo a racionalidade econômica da fusão, demonstrava a perda de ritmo da economia carioca na série história do PIB, em particular na indústria de transformação. Na exposição de motivos da lei complementar que efetuava a fusão, se justificava o ato por razões históricas, identitárias e, naquele momento, econômicas. Dentre os objetivos do II PND havia o projeto de consolidar no Rio de Janeiro o segundo polo de desenvolvimento



brasileiro, para o qual seria necessário dotar a Guanabara de um entorno territorial que lhe somasse nesse projeto, assim como favorecer o estado do Rio de Janeiro com as competências diretivas que a antiga capital possuía.

O primeiro governo após fusão, do interventor Floriano Faria Lima, foi marcado pelo forte conteúdo tecnocrático e próxima relação com o governo Geisel. Beneficiada pelos transbordamentos da “marcha forçada” imposta pelo governo federal à economia brasileira (CASTRO e SOUZA, 1985), o novo estado do Rio de Janeiro logrou taxas de crescimento positivas nos primeiros quatro anos após a fusão, porém com o esgotamento da capacidade de financiamento do crescimento econômico pelo Estado brasileiro na entrada da década de 1980, o impacto na economia fluminense foi devastador.

Segundo Silva (2004), de maneira geral, a economia fluminense acompanhou o crescimento da economia brasileira entre 1920 e 1980, porém em um ritmo menor que a média brasileira e, obviamente, São Paulo, que se tornou o epicentro da industrialização brasileira. Com isso, a participação da economia fluminense no PIB brasileiro se reduziu no íterim, mas não ocorreu de fato um esvaziamento econômico. A industrialização fluminense, no entanto, era mais sensível à capacidade de alavancagem do Estado, visto as algumas das principais inversões ocorridas no território fluminense foram realizadas por capitais estatais^{vii}. Com isso, a crise do modelo de acumulação na década de 1980 afetou profundamente a economia fluminense, que sofreu, de fato, um processo de esvaziamento. Dias (2021), ao analisar a dinâmica do emprego entre 1985 e 2019, verificou que o estado do Rio de Janeiro apresenta, durante os ciclos expansivos da economia brasileira, ritmo mais lento de crescimento que a média, porém nos períodos de crise, os efeitos negativos são mais profundos no Rio de Janeiro do que na média dos outros estados.

A década de 1980 foi, com efeito, um período de muita instabilidade para o estado do Rio de Janeiro, que teve que enfrentar o colapso do modelo de desenvolvimento vigente entre 1930 e 1980, tendo ainda que lidar com os complexos problemas herdados da fusão. O início da década de 1990 foi marcado pelo profundo pessimismo no Brasil, mas especialmente no Rio de Janeiro, marcado pela expressão “Rio de todas as crises”, que sinalizava as péssimas perspectivas que se descortinava para a sociedade fluminense.



Não obstante, uma nova trajetória se delineava desde 1974, mas que ainda não havia acumulado densidade suficiente para impulsionar a economia fluminense: a economia do petróleo que se desenvolvia a partir da Bacia de Campos. Apesar de desde 1983 já figurar como principal província produtora do país, o petróleo era mero coadjuvante na economia fluminense, tanto que era um tema pouco citado até meados da década de 1990^{viii}. Porém, o amadurecimento dos investimentos produtivos, tecnológicos e científicos para viabilizar a exploração da Bacia de Campos se deu justamente a partir da década de 1990, de modo a tornar a economia do petróleo a atividade motriz de toda economia estadual.

4 Dependência da trajetória: uma hipótese para descrever a evolução da economia fluminense rumo à especialização mineral

Jorge Natal (2005) em um ensaio emblemático, apontava para uma inflexão positiva da economia fluminense a partir de meados de 1995. A observação se tornou polêmica, atraindo desde comentários otimistas até ácidas críticas, não raro ambas incorrendo em grande dose de exagero na interpretação do que Jorge Natal originalmente sugeria. Algo de fato havia mudado em relação ao profundo pessimismo do início da década de 1990, pois outros autores buscaram entender as razões para as mudanças de humor sobre o estado. Da mesma maneira que Natal, Oliveira (2003) identificava como algo novidadeiro o fato de que se tratava de um ciclo cujo impulso se situava principalmente em duas regiões do interior fluminense: os investimentos no setor automotivo no Médio Paraíba e a indústria de petróleo e gás natural no Norte Fluminense.

A despeito da importância da indústria no tradicional entorno de Volta Redonda, pode-se creditar aos encadeamentos da exploração e produção de petróleo e gás natural *offshore* o principal fator dinâmico da economia fluminense nas últimas três décadas. Isso não é nenhuma novidade. A questão que se levanta neste ensaio é se esse protagonismo vem se firmando enquanto um fenômeno análogo à dependência da trajetória elaborado no âmbito da economia e da geografia econômica evolucionária.

Como foi apontado anteriormente, o que caracteriza uma trajetória dependente são os efeitos de reforço numa determinado conjunto de escolhas, em que a história pregressa atua como forte condicionante que delimita e estreita a margem de manobra

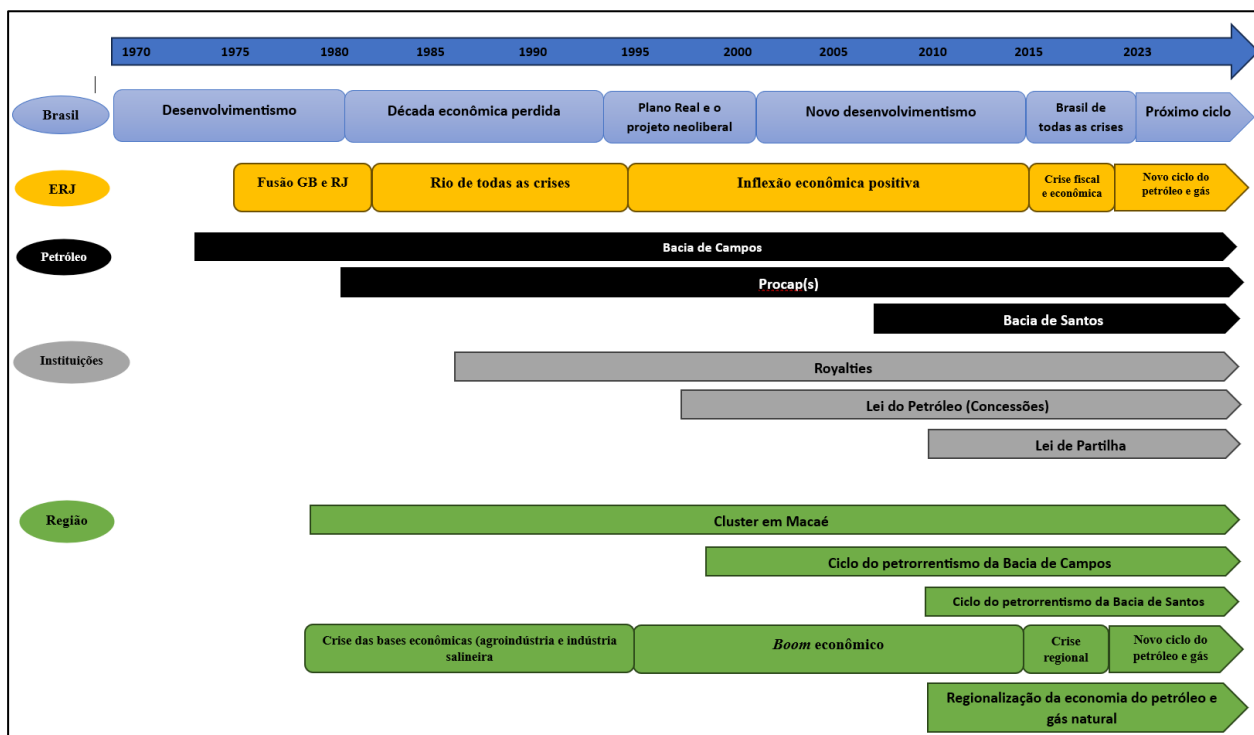


dos agentes, dificultando a saída da trajetória inicialmente tomada. Voltemos aos critérios apontados por Mahoney (2000) para identificar a possibilidade da existência de uma trajetória dependente, no caso, a preeminência dos eventos mais antigos, o caráter accidental e a causalidade determinística dos eventos no reforço da trajetória.

Em se tratando de um recurso mineral cuja localização é randômica, o evento mais importante e accidental para o início do ciclo do petróleo e gás natural no Rio de Janeiro foi a descoberta do campo de Garoupa em 1974. A localização dessa jazida e os desafios tecnológicos associados determinou a *expertise* da indústria no Brasil, que se tornou intensiva em capital e demandou investimentos intensivos em soluções científicas e tecnológicas autóctones. O outro evento de igual importância – a descoberta e a viabilidade de explorar o pré-sal – foi uma consequência da trajetória que se iniciou na década de 1970 na Bacia de Campos. Nesse sentido, julgamos satisfeitos os dois primeiros critérios de Mahoney (2000).

O terceiro critério, a relação de causalidade entre os eventos que reforçam a trajetória inicialmente tomada, demanda maior elaboração, pois depende dos recortes e da interpretação do tempo histórico, além de envolver o problema das escalas de ocorrência dos eventos e sua significação no contexto regional. Apesar disso, é possível sustentar a hipótese que, a conjunção entre o conjunto de crises que se abateu sobre a economia fluminense na década de 1980 e o desenvolvimento das operações na Bacia de Campos encadeou uma série de eventos, a maioria dos quais accidentais ou não relacionados diretamente, no aumento da especialização da economia regional nas atividades ligadas ao segmento *upstream* da economia do petróleo e gás natural (Ver Figura 1).

Figura 1 – Ciclos e eventos da evolução temporal da economia fluminense.



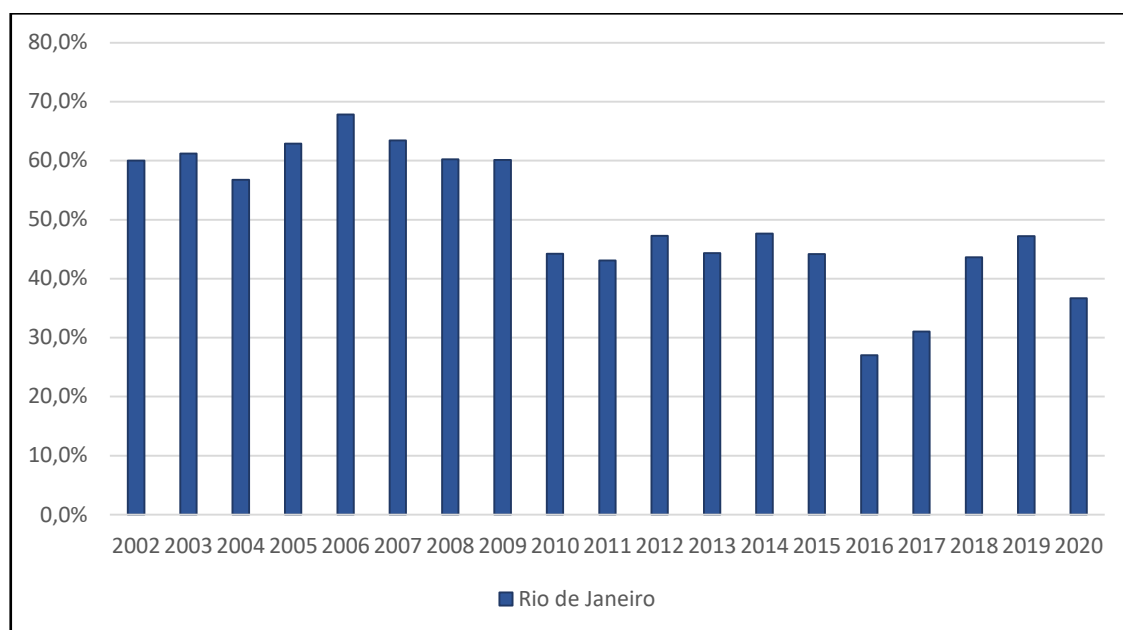
Fonte: Elaboração do autor.

O fenômeno de *lock-in*, originalmente associado à dependência da trajetória, seria resultado do estreitamento derivado dos mecanismos de reforço do percurso inicialmente tomado, de modo a dificultar a mudança de rota ou a escolha de alternativas *a posteriori*. Nesse sentido, o estreitamento pode ser associado a um processo que dificulta a diversificação e complexificação econômica, portanto, favorecendo a especialização em algumas atividades motrizes. Esse é o caso da economia fluminense, como será visto, adiante por meio de alguns indicadores.

O ERJ é a unidade da federação que possui maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB)^{ix} das indústrias extrativas do país. Durante o auge da Bacia de Campos, a participação fluminense flutuou ao redor dos 60% até a crise de 2009, quando a participação passou a flutuar entre 40% e 50%. A partir de 2016, a participação do ERJ teve nova queda em função da conjunção de crises que atingiu o setor de petróleo e gás natural. No entanto, os dados de 2018 e 2019 apontam para a recuperação da participação para o patamar anterior a 2016, a despeito da queda verificada em 2020 em razão da pandemia (Gráfico 1).



Gráfico 1: Participação Fluminense no VAB Indústrias Extrativa do Brasil.

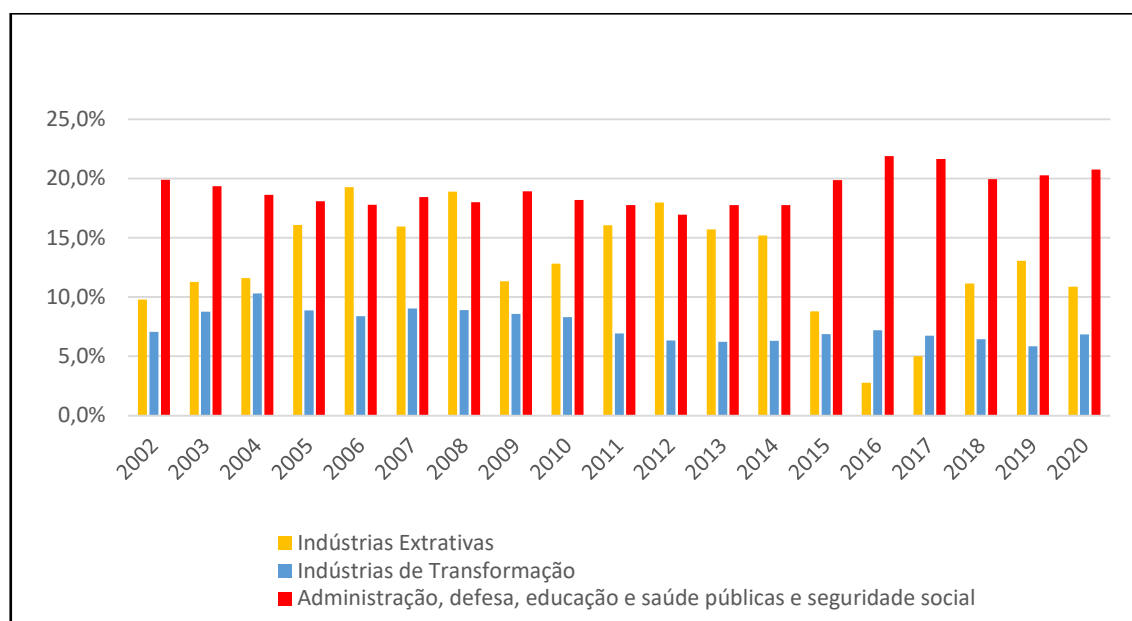


Fonte: IBGE.

No âmbito estadual, verifica-se que a participação das indústrias extrativas vem sendo consistentemente superior à participação da indústria de transformação, com exceção dos anos de 2016 e 2017 em razão do contrachoque do petróleo. Outro ponto relevante de comparação é que, tradicionalmente, o setor que gera maior VAB tem sido as atividades relacionadas ao setor público, porém nos anos de expansão da indústria de petróleo e gás natural, o setor das indústrias extrativas ombreou e mesmo superou em alguns anos a participação das atividades do setor público. Apesar da crise após 2015 ter modificado bastante o quadro, a discreta recuperação verificada a partir de 2018, sustada pela pandemia, aponta para o retorno do protagonismo do petróleo e gás natural no PIB estadual, visto que quase toda a estrutura de apoio à produção na Bacia de Santos continua concentrada no ERJ (Gráfico 2).



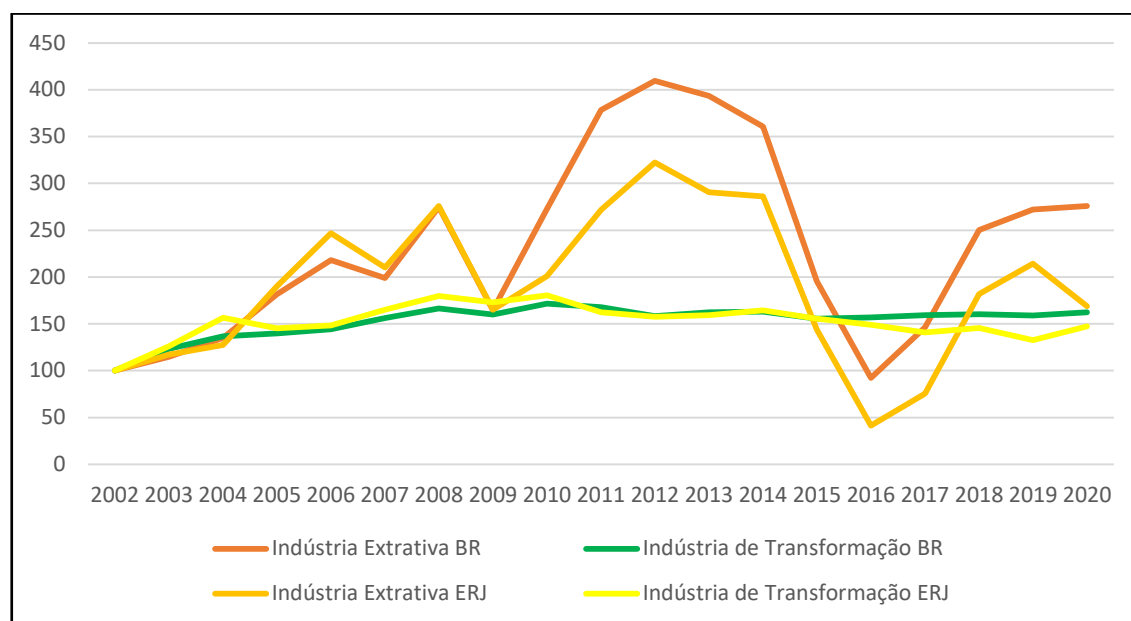
Gráfico 2: VAB setores selecionados – Participação.



Fonte: IBGE.

No gráfico 3, está descrita a série evolutiva de crescimento comparado entre das indústrias extrativa e de transformação no ERJ e no Brasil. Apesar de, no recorte temporal analisado, o desempenho da indústria de transformação ter se alinhado à média nacional, com alguma perda após a crise de 2015, deve-se apontar que ao longo da década, acompanhando a dinâmica nacional, o quadro foi de estagnação. Diferentemente, a indústria extrativa de petróleo e gás natural, por sua vez, impulsionou a expansão do VAB setorial, que também se alinhou à média nacional ao longo da década de 2000 e apresentou uma grande expansão na primeira metade dos anos de 2010, mas nesse caso, abaixo da média nacional – o que explica a perda relativa de participação do ERJ no setor nesse período. Em 2016 se verifica a agudeza da crise da indústria extrativa de petróleo e gás natural, já que no ERJ chegou, nesse ano, a menos de 50% do VAB de 2002. É evidente que em virtude do peso do petróleo e gás natural do ERJ no VAB das indústrias extrativas do país, que a queda verificada no setor no país foi puxada pela participação fluminense.

Gráfico 3: Evolução do VAB Indústria – preços reais.

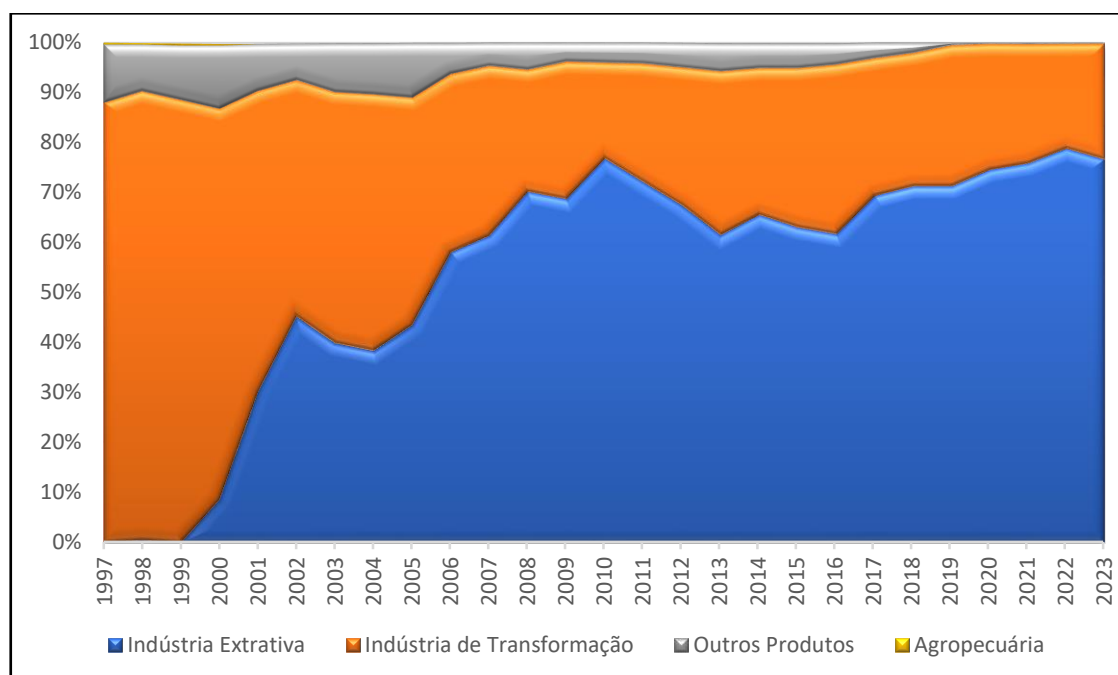


Fonte: IBGE.

No âmbito das exportações, o grau de especialização é ainda mais explícito. Segundo consta no Gráfico 4, até o final da década de 90, o comércio exterior era dominado por mercadorias da indústria de transformação, mas a partir de 1999 a indústria extrativa aumentou de maneira exponencial até 2002 e apresentou outra curva positiva considerável desde 2004 até 2010. Dali em diante, a participação da indústria extrativa nas exportações fluminense flutuou entre 60% e 70% do total.



Gráfico 4: Evolução da participação setorial nas exportações fluminense (kg).

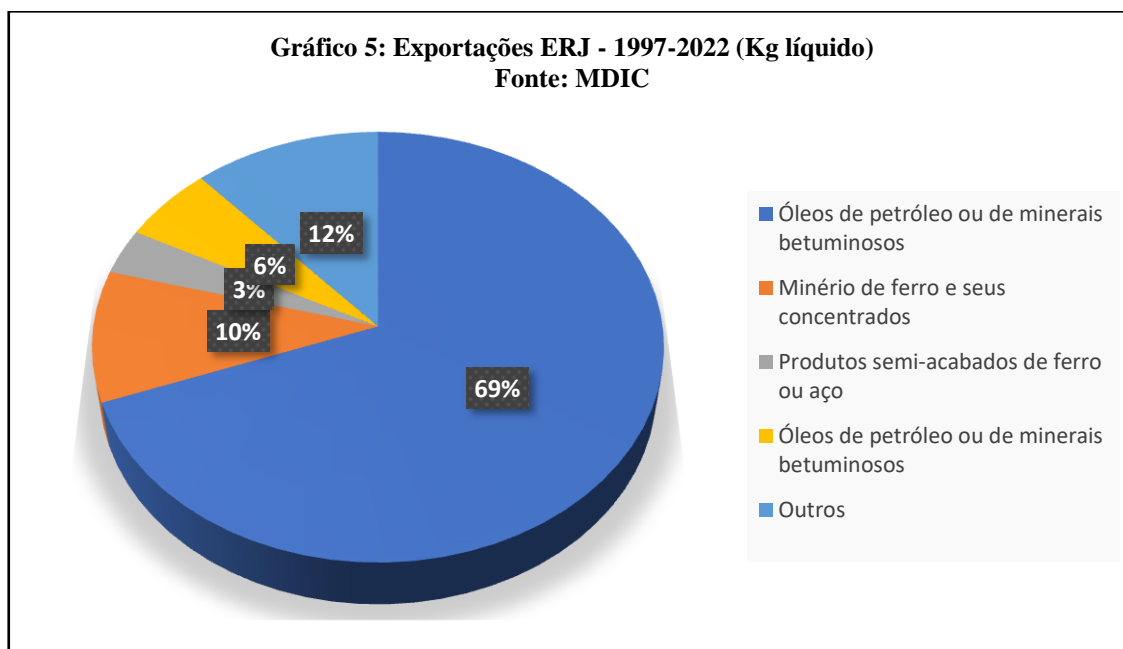


Fonte: MDIC.

No acumulado entre 1997 e 2022, se observa que 75% da pauta exportadora fluminense se concentrou em óleos de petróleo^x. Um dado expressivo é que mesmo no que tange às exportações da indústria de transformação, a maior parte das mercadorias é relacionada a beneficiamento e produtos da indústria extrativa de petróleo e de ferro. Nesse sentido, o papel da indústria de transformação no comércio exterior do ERJ é uma extensão da indústria extrativa mineral.



Gráfico 5: Exportações ERJ – 1997-2022 (Kg líquido).

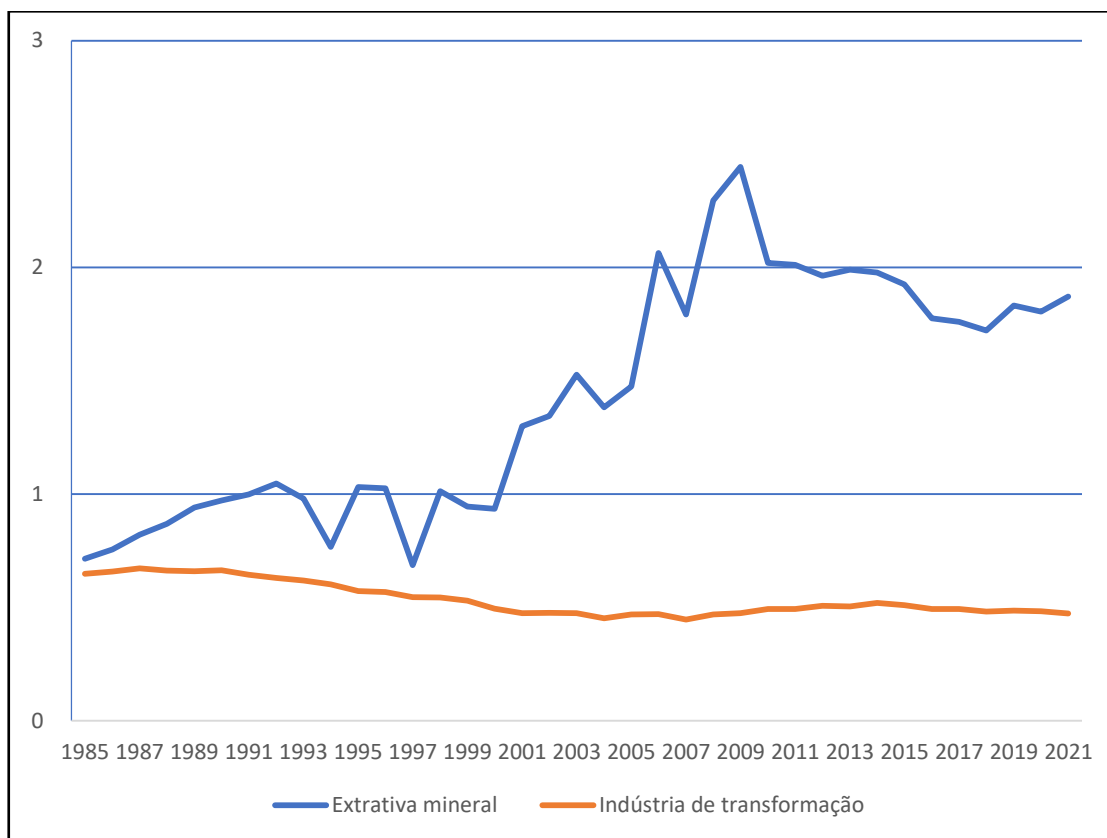


Fonte: MDIC.

No que concerne ao mercado de trabalho formal, verifica-se que a indústria extrativa iniciou um processo sustentado de especialização produtiva a partir de 2001, de modo que em 2009, o quociente locacional^{xi} chegou ao auge de 2,54. Desde então o índice vem flutuando próximo ao QL 2, com tendência recente de novo crescimento. Comparativamente, o QL da indústria de transformação fluminense vem apresentando um processo sustentado de redução desde 1985, caindo de índices ao redor de 0,75, para índices que flutuam entre 0,5 e 0,6. Importante notar que o ERJ, no que se refere à indústria de transformação, possui um nível de especialização menor que de 17 unidades da federação em 2021, ao contrário do que ocorre à indústria extrativa. Outro fato relevante é a indústria extrativa é um setor que emprega pouco. Mesmo no caso fluminense, que concentra a maior parte do VAB setorial e concentra o segundo maior estoque de empregos do país, se comparado ao total do estoque estadual, só emprega mais do que o irrelevante setor agrícola fluminense.



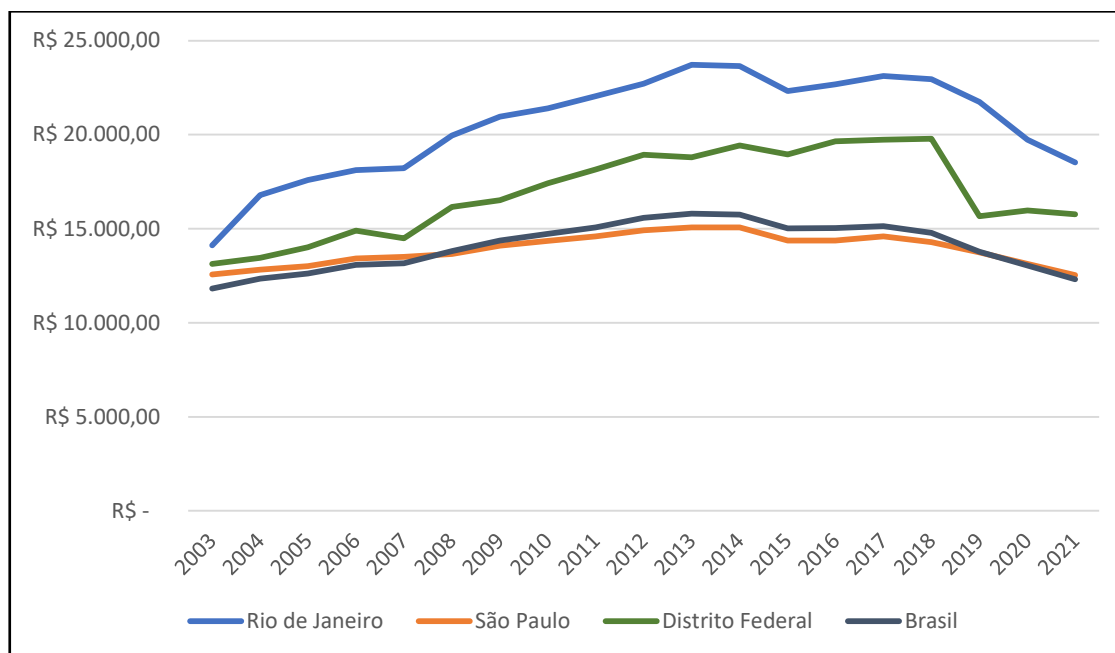
Gráfico 6: Especialização ERJ – extrativa mineral e indústria de transformação.



Fonte: RAIS.

Por outro lado, o principal efeito multiplicador do setor no ERJ é a capacidade de mobilização de capitais e de renda do trabalho. As atividades que compõem o segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural é um dos que melhor remuneram no país, assim como as atividades ligadas ao refino. A indústria extrativa é a terceira maior empregadora de engenheiros do ERJ, atrás da administração técnica e profissional e da indústria química. Tanto a indústria extrativa, quanto a indústria química (que contempla o refino) pagam, per capita, os maiores salários de engenheiros do estado – cerca de 27 mil reais em 2021. Os altos salários da indústria de petróleo e gás natural, ao que parece, ajuda a impulsionar algumas outras atividades, que também ofertam salários mais altos que a média brasileira. Desse modo, do ponto de vista salarial, o ERJ é a unidade da federação mais atrativa do país, remunerando em média muito mais do que estados com estrutura produtiva mais robusta e integrada, como é o caso de São Paulo.

Gráfico 7: Remuneração per capita – engenheiros.



Esses indicadores são suficientes para apontar a especialização e a dependência da economia fluminense em relação à exploração e produção de petróleo e gás natural desde a década de 1980. Outros indicadores apenas repisariam o fenômeno, como é o caso da dependência do orçamento público estadual e dos municípios em relação às rendas petrolíferas, ou mesmo o fato que as inversões mais importantes, à exceção de obras de infraestrutura, são ligadas ao setor de petróleo e gás natural. O que é importante salientar, no que concerne à hipótese sugerida, é que com a retração de outros setores econômicos – em especial a indústria de transformação – na crise a partir da década de 1980 e a simultânea expansão da produção de petróleo nos campos *offshore*, se criaram uma série de *feedback* positivos que conduziram a economia fluminense em direção à especialização mineral. Cada evento que ocorreu desde então vem reafirmando essa trajetória, que apresenta características de possível *lock-in* da economia fluminense na indústria extrativa.

A literatura especializada, a partir de outras terminologias, vem apontando para essa característica, como a tese da “economia oca” do ERJ (SOBRAL, 2013), da “maldição dos recursos naturais” nos municípios do Norte Fluminense (SERRA e MOTHÉ, 2007) e do uso corporativo do território pelas grandes empresas de petróleo (PIQUET, 2021). A hipótese do *lock-in*, por seu turno, indica que os poderosos retornos



crescentes da indústria extrativa de petróleo e gás natural atuarão no reforço da trajetória de dependência da economia fluminense nos próximos anos, e que mesmo em situações de crise conjuntural, como a verificada entre 2015 e 2017, o processo tenderá a se aprofundar até o esgotamento do ciclo.

5 Considerações finais

O conjunto de eventos que influíram na evolução econômica do ERJ nas últimas cinco décadas, do qual apontou-se neste ensaio alguns aspectos, conduziram a uma situação de progressivo estreitamento das alternativas econômicas disponíveis para o desenvolvimento estadual. Historicamente o ERJ cresce menos que a média nacional nos períodos de expansão e sofre os efeitos mais severos durante as crises. A polêmica “inflexão econômica positiva” só foi possível por causa do crescimento das atividades de extração de petróleo e gás natural. Quanto a isso não há dúvida.

A hipótese da dependência da trajetória e a possível ocorrência do fenômeno de *lock-in* sugere que vem se verificando um amplo processo de reforço da especialização econômica em razão de poderosos rendimentos crescentes gerados pela indústria extrativa, que vem subordinando o conjunto da economia fluminense. Mesmo abordagens que defendem as potencialidades de desenvolvimento a partir da internalização dos segmentos produtivos da indústria de petróleo e gás natural (ASSESSORIA FISCAL, 2020), verifica-se que o horizonte do ERJ, ainda que no melhor dos cenários, não vai muito além da capacidade de encadeamento do setor. Ou seja, dados os *feedbacks* positivos gerados pela indústria extrativa, a tendência é que haja pouca margem de manobra para de fato ir *além* da economia do petróleo e diversificar a economia.

Não foram poucas as iniciativas de diversificação: desde o projeto Frutificar do governo do Estado, passando pelo financiamento para atração de indústrias do FUNDECAM, por parte da prefeitura de Campos dos Goytacazes, até o projeto original do Porto do Açú. A ampla maioria redundou em notória frustração ou foram irresistivelmente atraídos pelo campo gravitacional do petróleo e gás natural. Isso demonstra que a margem de manobra para a criação de alternativas à trajetória de especialização, ainda que existam, são eivadas de barreiras restritivas.



Dois erros devem ser evitados, porém. Por um lado, o fatalismo determinista que, acredita que tais barreiras são intransponíveis. Como a própria história recente da economia fluminense demonstra, alternativas podem surgir de onde menos se espera – apesar que elas nunca saem do nada. Por outro lado, deve-se deixar de lado que a ação voluntarista dos atores locais é suficiente para modificar a trajetória – como muitas ações de prefeituras insistem em tentar provar. O processo de criação de alternativas sustentadas é possível, mas depende da formação de uma correlação de forças que, além de contar com a fortuna da conjuntura, envolve a existência de projetos consistentes envolvendo diferentes atores nas suas diversas escalas. Em especial, a existência de um projeto de país capaz de articular a riqueza de situações que existem no território brasileiro, do qual o ERJ é uma de suas mais destacadas frações.

Referências

AMINZADE, R. Historical sociology and time. **Sociological methods & research**, Vol. 20, Nº 4, maio de 1992, p. 456-480.

ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1994.

ASSESSORIA FISCAL ALERJ. **O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, nota técnica nº 1, novembro de 2020.

BERNARDES, L. A importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

BRASILEIRO, A. M. **A fusão: análise de uma política pública**. Brasília, IPEA, 1979.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CASTRO, A. B; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro, tese de doutorado, IPPUR-UFRJ, 2003.

DAVID, P. Clio and the economics of QWERTY. **The american economic review**, Vol. 75, No. 2, maio de 1985, p. 332-337.



DIAS, R. S. Expansão e crise no mercado de trabalho formal fluminense entre 1985 e 2019. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 19, p. 92–126, 2021.

EVANGELISTA, H. A. **A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro segundo uma perspectiva de análise geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34^a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES FILHO, H. **Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no Norte Fluminense**: legado e maldição de Prometeu. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de autoestima. 3^a edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, Vol. 29, agosto de 2000, p. 507-548.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. Path dependence and regional economic evolution. **Journal of economic geography**, No. 6, 2006, p. 395-437.

MARTIN, R. Rethinking path dependence beyond lock-in to evolution. **Economic geography**, Vol. 86, No. 1, janeiro de 2010, p. 1-28.

MELO, H. P. **O café e a economia do Rio de Janeiro**: 1888-1920. Rio de Janeiro, tese de doutorado em economia industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

MOTTA, M. S. **Rio de Janeiro**: de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001

NATAL, J. **O Rio de Janeiro pós-1995**. Rio de Janeiro: Publicatti, 2005.

NELSON, R.; WINTER, S. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREIRA, M. J. F. C. História ambiental do café no Rio de Janeiro – século XIX. A transformação do capital natural e uma análise de desenvolvimento sustentável. **XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.

PIQUET, R. O Norte Fluminense entre dois tempos. PIQUET, Rosélia (Org.). **Norte Fluminense**: uma região petrodependente. Rio de Janeiro: Telha, 2021, p. 11-47.

SANTOS, A. M. S. P. **Planejamento e desenvolvimento**: o Estado da Guanabara. São Paulo, tese de doutorado em estruturas ambientais urbanas, FAU-USP, 1990.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.



SCOTT, A. J. **New industrial spaces:** flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: Pion, 1988.

SERRA, R. V.; MOTHÉ, N. G. Sintomas da maldição dos recursos naturais no município petrolífero de Campos dos Goytacazes-RJ. **VII Encontro Nacional da ANPEGE**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

SILVA, R. R.; CARVALHO, A. M. A formação econômica da Região Norte Fluminense. PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. (Orgs.) **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense:** da cana de açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC, 2004, p. 27-75.

SILVA, R. D. **Rio de Janeiro:** crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional. Campinas, dissertação de mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

SOBRAL, B. L. B. **Metrópole do Rio e projeto nacional:** uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

STORPER, M. Big Structures, Small Events, and Large Processes in Economic Geography. **Environment and Planning A**, Vol. 20, Nº 2, p. 165-185, fevereiro/1988.

VEBLEN, T. Por que a economia não é uma ciência evolucionária? SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (Orgs.) **Economia institucional:** fundamentos teóricos e práticos. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 31-52.

ⁱ Artigo publicado originalmente em 1983 e republicado no livro de 1994, conforme bibliografia.

ⁱⁱ Uma explicação adicional deve ser feita aqui. A discussão realizada por Paul David (1985), Brian Arthur (1994), assim como outros evolucionários como Nelson e Winter (2005) parte de dilemas surgidos no âmbito da própria tradição neoclássica. É sabido que outras escolas heterodoxas – marxistas, institucionalistas e histórico-estruturalistas – têm em comum o apreço à explicação histórica, ainda que a noção de temporalidade possa ser distinta – como por exemplo, a diferença entre a abordagem evolucionária vebleniana e a abordagem dialética dos marxistas. Ainda que saibamos que inovadores como os evolucionários supracitados leiam pelo menos parte da literatura dessas escolas, não é muito comum citarem ou, quando muito, mencionarem de passagem. Na nossa avaliação, isso deve-se tanto ao vício epistemológico da tradição neoclássica em reconhecer apenas aquelas teorias que sejam análogas às ciências da natureza e/ou passíveis de formalização matemática, quanto do fato da comunidade dos economistas da tradição neoclássica ignorarem aqueles trabalhos que não façam algum tributo ao vício epistemológico supramencionado.

ⁱⁱⁱ Para efeitos de economia de texto, quando se refere à geografia econômica, o significado se estende a todo campo de estudos do desenvolvimento urbano e regional.

^{iv} Segundo Pereira (2005), em função principalmente da cafeicultura, a Província Fluminense era responsável por 62% da arrecadação tributária do Império. Segundo Furtado (2007), a riqueza da cafeicultura fluminense foi o principal bastião de estabilização e afirmação do poder imperial, garantindo a preponderância da capital sobre as demais províncias.

^v Nesse caso, trata-se já do estado do Rio de Janeiro e não mais Província Fluminense.

^{vi} Dom Pedro II visitou Campos dos Goytacazes por quatro vezes e Getúlio Vargas duas vezes (GOMES FILHO, 2017)

^{vii} Segundo Silva (2004), outra característica da industrialização fluminense era sua concentração nos setores de bens intermediários – metalurgia e química – e na indústria naval.

^{viii} Por exemplo, quando se vê as mensagens do governador dirigidas à ALERJ no íterim entre 1975 e 1991, o petróleo não era um tema de destaque quando se falava no desenvolvimento estadual, apesar de progressivamente se



fazer notar. De certa maneira, isso foi bom para o estado, pois em razão dessa ignorância também em Brasília foi possível a criação da legislação que daria, a partir de 1999, vultosos recursos a partir dos critérios geográficos de rateio que beneficiaram enormemente tanto o estado quanto os municípios.

^{ix} O Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a contribuição de cada setor da economia ao valor final da produção de um determinado território, deduzido o valor dos insumos utilizados no processo produtivo em um dado período de tempo.

^x No caso, 69% seriam óleos de petróleo bruto, incluído como produto da indústria extrativa, e 6% de óleos derivados de petróleo da indústria de refino.

^{xi} Quociente locacional (QL) é uma técnica estatística para mensurar a importância da participação do emprego de uma atividade frente ao estoque total de uma unidade espacial (município, estado), comparativo à participação dessa mesma atividade no estoque total do emprego em uma unidade espacial de referência. Sempre que o QL for superior a 1, significa que a unidade espacial é mais especializada na atividade do que a unidade de referência. No caso em exame, por exemplo, um QL 2 do ERJ, significa que a especialização da indústria extrativa é 2 vezes superior ao verificado no Brasil, que é a unidade de referência.